

A Influência do Gênero e Ordem de Nascimento sobre as Práticas Educativas Parentais

Gender and Birth Order as Parenting Moderators

Izabela Tissot Antunes Sampaio* & Mauro Luís Vieira

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este estudo avaliou o gênero e a ordem de nascimento como variáveis moderadoras das práticas educativas parentais e da percepção da preferência parental a partir do ponto de vista dos filhos. Participaram da pesquisa 322 adolescentes entre 13 e 17 anos. Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: Inventário de Estilos Parentais (IEP) e um questionário desenvolvido pelos autores. Os dados foram analisados através da estatística não-paramétrica (Mann-Whitney e Kruskal-Wallis). Através da análise dos resultados, constatou-se que: (a) o gênero dos filhos interfere significativamente nos índices de estilo parental; (b) as primogênitais apresentaram significativamente maior risco de sofrer com as práticas parentais negativas e (c) a percepção da preferência parental é influenciada pelo gênero e ordem de nascimento dos filhos.

Palavras-chave: Gênero; Ordem de Nascimento; Práticas Educativas Parentais.

Abstract

This study aimed at assessing gender and birth order influence on parenting and perceived parental favoritism from the children perspective. The participants were 322 adolescents aged between 13 and 17 years old. Two instruments were used to collect data - Parenting Styles Inventory and a questionnaire developed by the authors. Non-parametrical statistics (Mann-Whitney and Kruskal-Wallis) were used to analyze the obtained data. Results have shown that: (a) child gender has significant influence on the score of parenting styles; (b) firstborn girls present significantly higher risk of suffering negative parental practices and, (c) the perceived parental favoritism is significantly modulated by both gender and birth order.

Keywords: Gender; Birth Order; Parenting.

A literatura da Psicologia a respeito das práticas educativas e dos estilos parentais é bastante abrangente, tendo iniciado seu corpo teórico com maior robustez a partir da década de 1960, com a autora Diana Baumrind (Baumrind, 1966; Darling & Steinberg, 1993). Segundo Gomide (2006), práticas educativas parentais são técnicas e estratégias utilizadas pelos pais na criação de seus filhos, as quais, em conjunto, caracterizam os estilos parentais. Estilos parentais dizem respeito a padrões mais ou menos estáveis de comportamentos adotados pelos pais quando em interação com os filhos, compondo uma das vertentes do estudo da família no âmbito da Psicologia.

A família é uma instituição que pode ser analisada do ponto de vista macro ou micro. Do ponto de vista macro, busca-se compreender o contexto sócio-cultural em que ela se insere, ou seja, como a cultura, as crenças, normas,

os sistemas político e econômico influenciam seu funcionamento. Do ponto de vista micro, objetiva-se entender como a família se organiza a partir da sua composição, isto é, tamanho, *status* da conjugalidade dos pais, temperamento, características de personalidade e também o sexo, a idade, a ordem de nascimento de seus membros (Montandon, 2005).

Nesta pesquisa, interessou-se estudar a família do ponto de vista micro; especificamente entender como duas variáveis específicas – gênero e ordem de nascimento dos filhos – podem influenciar as práticas educativas parentais. Ao pesquisar bases de dados de publicações brasileiras (*SciELO, BVS-Psi*), contudo, percebe-se que essas variáveis consideradas conjuntamente não são alvos de muitas pesquisas (Sampaio, 2007), o que reforça a relevância e necessidade de estudos sobre o assunto no nosso país. Para Sulloway (1996), o gênero e a ordem de nascimento dos filhos são os principais fatores que influenciam o comportamento parental e a competição fraterna (entre irmãos), pois são eles os aspectos diferenciais de contextos de criação. A família não é mais concebida como um todo homogêneo, mas como um sistema composto

*Endereço para correspondência: Rua Santa Clara, 277/802, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22041-011. E-mail: izabelatissot@gmail.com

Agradecimentos: Thiago da Silva Alves e à Profª. Drª. Nívea da Silva Matuda, do Depto. de Estatística da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pela assessoria estatística.

por membros em diferentes momentos do desenvolvimento (Keller & Zach, 2002).

A diversidade de contextos de criação para cada criança depende em grande parte de como os pais investem nos filhos. Segundo Trivers (1974), o investimento parental é definido como um esforço do pai ou da mãe em aumentar a probabilidade de sobrevivência e, portanto, do sucesso reprodutivo de um filho em particular, ao mesmo tempo em que diminui o grau de investimento em outro. Keller (2003) afirma que qualquer investimento envolve dois aspectos. Um deles diz respeito aos cuidados parentais físicos, sociais e psicológicos que contribuem para o sucesso reprodutivo dos filhos, promovendo a adequação dos pais à prole. O outro se refere ao investimento parental direcionado a uma criança em particular, que compromete a possibilidade parental de investir em outro descendente com a mesma intensidade.

O investimento parental pode variar desde a negligência ou infanticídio até o cuidado adequado, associado a um clima familiar positivo (Keller, 2000). Rodrigues (1998) ressalta que o cuidado, a atenção e o empenho dos pais na criação dos filhos são influenciados por uma série de fatores provenientes das características dos pais, dos filhos e do ambiente no qual estão inseridos. Essa influência se deve principalmente ao grau ou certeza do parentesco genético pai-filho; aos atributos fenotípicos da criança que sugerem suas aptidões; aos indicadores situacionais da aptidão da criança; à alternativa reprodutiva e às oportunidades de investimento do pai e da mãe.

Com relação à influência do gênero na decisão do investimento parental, ressalta-se que existe uma discussão teórica confusa que divide opiniões de pesquisadores. Alguns autores (Crouter & McHale, 1995; Lamb, 1997) ressaltam que entre pais e filhos parece existir uma identificação sexual, no sentido dos pais preferirem mais os filhos homens e as mães, as mulheres. Um exemplo é que a presença de fatores negativos (como rejeição, ansiedade) no comportamento paterno parecem ter mais impacto sobre os meninos, ao mesmo tempo que os mesmos fatores apresentados pelas mães parecem afetar mais as meninas (Roelofs, Meesters, ter Huurne, Bamelis, & Muris, 2006). Outros (Keller & Zach, 2002; Seifer, Sameroff, Anagnostopolou, & Elias, 1992), entretanto, julgam que as pesquisas recentes vêm apontando que o sexo do filho não é uma variável forte na determinação do investimento parental, enquanto a ordem do nascimento o é.

Para Sulloway (1996), em séculos anteriores, os pais geralmente investiam mais nos filhos primogênitos para garantir que ao menos um da prole obtivesse sucesso na perpetuação da linhagem familiar. Keller e Zach (2002) também sugerem que uma atenção especial é dada aos primogênitos quando comparados aos demais filhos em termos de tempo de interação, estimulação, brincadeiras, consistência, indulgência e estabelecimento de diálogos entre pais e filhos. Da mesma forma, comunidades

tradicionais demonstram sua preferência pelos primogênitos quando atribuem a eles maior *status* social.

Um estudo desenvolvido por Laurent e Sebastian (2005), com 1129 crianças autoras de atos infracionais na França, constatou que os primogênitos foram aqueles que apresentaram menor número de transgressões leves e graves quando comparados aos “nascidos do meio”, indicando terem sido mais supervisionados pelos pais do que os demais. Hertwig, Davis e Sulloway (2002), por sua vez, consideram que os primeiros filhos, ao mesmo tempo que recebem grande investimento dos pais principalmente enquanto ainda são filhos únicos (antes do nascimento dos irmãos), também podem vir a ser prejudicados com a falta de liberdade e maiores restrições em certas atividades. Para Michalski e Shackelford (2001), a inexperiência da parentalidade pode influenciar os cuidados filiais dos primogênitos, pois à medida que os pais têm mais filhos podem se tornar mais calmos e adotar outras estratégias de interação.

Segundo Shebloski, Conger e Widaman (2005), os primogênitos são aqueles que mais percebem a diferença no tratamento dos pais com relação aos filhos, pois avaliam o funcionamento familiar de forma mais acurada, percebendo diferenças no tratamento parental que talvez sejam imperceptíveis ou desconsideradas pelos irmãos. No entanto, não se sabe se são os primeiros que utilizam estratégias específicas para influenciar os pais, ou se eles são mais receptivos com os filhos mais velhos.

Por outro lado, Hertwig et al. (2002) argumentam que existe uma pretensão dos pais em investir de forma igualitária nos filhos, pois isso reduziria o risco de extinção da linhagem familiar. Os autores discutem, porém, que justamente essa tentativa “igualitária” de alocação de recursos gera a desigualdade do investimento, pois quando há três ou mais filhos na família a divisão não tem como se manter igual ao longo do tempo. A falta de equiparidade surge porque as posições dos primeiros e últimos nascidos em algum momento são equivalentes à do filho único, pois, ou ainda não há irmãos (no caso dos primogênitos), ou muitas vezes os irmãos saem de casa mais cedo (no caso dos caçulas). Filhos do meio, contudo, raramente são os únicos a receber investimento parental, pois há a presença do mais velho ou mais novo com quem se deve dividir.

As diferenças nos contextos de criação de casa criança no seio familiar geram a chamada competição fraterna, ou seja, a competição natural existente entre irmãos em busca de uma melhor adaptação no meio em que está inserido. A competição fraterna é considerada uma importante força que favorece a evolução humana por contribuir na formação de diferentes personalidades (Isaacson & Radish, 2002; Sulloway, 1996). Os irmãos percebem o tratamento parental dispendido a cada um dependendo da forma como se comporta, o que estimula um filho a se diferenciar do outro para chamar atenção dos pais através do atributo não encontrado no irmão.

A percepção do tratamento parental diferenciado para cada descendente possibilita que os filhos percebam, também, a preferência dos pais por algum filho em especial. Esse tema, caracterizado pela expressão “percepção da preferência parental” admite conseqüências importantes, à medida que modula a auto-percepção e auto-estima dos adolescentes (Lucchetti, 2000).

A percepção da preferência parental diz respeito à opinião dos filhos sobre a existência ou não da preferência dos pais por algum filho em especial, podendo ser ele mesmo ou um/a irmã/o. Em uma pesquisa desenvolvida por Kuperfish (2006), encontrou-se que quase 50% dos participantes revelaram existir preferência dos pais por algum filho, sendo que 37,6% disseram ser si mesmos os favoritos, contra 12,2% que se julgaram desfavorecidos. Além disso, houve correspondência entre a percepção da preferência para pais e mães.

Lucchetti (2000) ressalta que um dos fatores mais proeminentes na percepção da preferência parental em díades de irmãos diz respeito à forma de comunicação que os pais estabelecem com os filhos. Nesse sentido, quando uma criança percebe que seus pais comunicam-se melhor com um e não com outro, tendem a julgar que a preferência parental existe. Segundo a autora, a percepção do favoritismo influencia a visão dos filhos sobre o funcionamento familiar, qualidade da relação com os irmãos e a visão de sua própria autocompetência. Levy (2000) complementa que, para adolescentes, sentir-se desigual com relação ao irmão é um fator moderador que influencia a tentativa de suicídio, junto a outros fatores, como parcialidade materna e a ausência de admiração e cuidados por parte do irmão. A autora assinala que a relação entre irmãos, a ordem de nascimento e o sexo estão fortemente relacionados à tentativa de suicídio de adolescentes.

Resultados obtidos por Magagnin e Kõrbes (2000) também indicaram que quando o autoconceito do adolescente apresenta escores altos, o relacionamento com os pais e irmãos também se mostra bom. Moilanen (2007) acrescenta que a auto-regulação do adolescente relaciona-se positivamente com o afeto parental, e negativamente com o controle psicológico.

Diante do exposto, é visível a complexidade do tema referente às práticas educativas parentais e percepção da preferência parental moderados pelo gênero e ordem de nascimento dos filhos, quando se tem contato com as discussões teóricas sobre o assunto. Pretende-se que o presente artigo se torne fonte de inspiração para novas pesquisas, no intuito de complementar e aprofundar os dados divulgados. Além disso, as informações discutidas aqui devem ser consideradas por profissionais da área da Psicologia e afins, especialmente que lidam com famílias, tendo em mente projetos de prevenção e intervenção clínica e/ou comunitária com vistas à melhoria do ambiente familiar.

Modelo Teórico

O modelo teórico utilizado nessa pesquisa é fruto de oito anos de pesquisas na área de estilos parentais, tendo sido construído a partir de vários estudos de graduação, iniciação científica e mestrado que focalizaram especificidades e adotaram métodos diferentes na exploração do tema. Foi desenvolvido especialmente para auxiliar a identificação de crianças e adolescentes com risco de desenvolver comportamentos anti-sociais, visando orientar intervenção (Sampaio & Gomide, 2007). Ele é composto por sete práticas educativas, duas relativas ao desenvolvimento do comportamento pró-social, denominadas positivas, e cinco ao anti-social, chamadas negativas (Gomide, 2006). Essas categorias são avaliadas através do Inventário de Estilos Parentais (IEP), instrumento utilizado na coleta de dados dessa pesquisa, devidamente validado pelo Conselho Federal de Psicologia.

Práticas Positivas

Monitoria Positiva. Representa a atenção e conhecimento dos pais acerca de onde seu filho se encontra e das atividades desenvolvidas por ele. Inclui as demonstrações de afeto e carinho, principalmente relacionados aos momentos de maior necessidade da criança. Ela é considerada por vários autores como uma variável importante para promover o desenvolvimento saudável e evitar o comportamento anti-social.

Comportamento Moral. Refere-se ao ensinamento de valores morais, como honestidade, generosidade e senso de justiça. Caracterizada pelos exemplos corretos e coerentes exibidos pelos pais. Ressalta-se que o sentimento de culpa, o desenvolvimento da empatia, as ações honestas e as crenças parentais positivas sobre trabalho contribuem para que ele se desenvolva.

Práticas Negativas

Punição Inconsistente. Acontece quando os pais punem ou reforçam os comportamentos de seus filhos de acordo com o humor, de forma não contingente ao comportamento da criança. O estado emocional dos pais é determinante nas ações educativas, e não as ações da criança. A criança aprende a discriminar o humor de seus pais e não se seu ato foi adequado ou inadequado. Segundo Berri (2004), a punição inconsistente está fortemente ligada ao abuso físico, visto que a frequência e intensidade do bater variam segundo o estado de humor do agente punidor, sendo que, quanto mais emocionalmente instável, mais vezes e com mais força o faz.

Negligência. Ocorre quando os pais não estão atentos às necessidades de seus filhos, ausentam-se das responsabilidades, omitem-se de auxiliá-los, ou simplesmente interagem sem afeto, sem amor. É uma das variáveis que mais contribui para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, pois a falta de cuidados e, principalmente, de amor e carinho, impede ou dificulta o desenvolvimento da auto-estima.

Monitoria Negativa. Refere-se ao excesso de fiscalização dos pais sobre a vida dos filhos e pela grande quantidade de instruções repetitivas, as quais não são seguidas. Em suma, é um controle psicológico e comportamental exagerado. As tentativas de controle contínuo por parte dos pais inibem ou interferem no desenvolvimento da autoconfiança e autonomia dos filhos pelo fato de manter a dependência emocional aos pais.

Disciplina Relaxada. Indica que o fator controlador da interação pais – filhos é o comportamento agressivo/opositor e coercitivo do filho. As regras estabelecidas pelos pais não são cumpridas e, diante de cobranças ou ameaças, a criança torna-se rebelde e manipuladora, conseguindo manter a situação do jeito que deseja para si. Os pais, por sua vez, omitem-se de impor ou manter os limites, não fazendo valer as regras que eles próprios determinaram. As regras, portanto, são frouxas e ineficientes.

Abuso Físico. Caracteriza-se quando os pais machucam ou causam dor a seus filhos com a justificativa de que os estão educando, por vezes causando-lhes ferimentos e deixando marcas na pele. Pesquisas demonstram que o abuso físico (espancamento) e a negligência são os fatores que desencadeiam com maior facilidade comportamentos anti-sociais em crianças e adolescentes.

O objetivo deste estudo foi, portanto, identificar se as práticas educativas parentais acima descritas modificam-se de acordo com o gênero e ordem de nascimento dos filhos. A fonte de dados foram os próprios filhos, que responderam os instrumentos fazendo referência aos seus pais ou cuidadores responsáveis. Nesse sentido, vale lembrar que não se trata apenas da percepção ou relato dos participantes a esse respeito, pois o instrumento retrata as práticas em si. Esse dado foi revelado em uma pesquisa (Carvalho, 2003) que indicou que os IEPs respondidos pelos pais conferiam com os respondidos pelos respectivos filhos. Assim, se há uma associação positiva entre o que os próprios pais julgam fazer e o modo como os filhos os avaliam, pode-se considerar que as respostas dos filhos identificam as práticas parentais.

Método

A pesquisa adotou um delineamento fatorial, em que foram cruzadas as seguintes condições: pais (dois níveis: pai e mãe), gênero dos filhos (dois níveis: masculino e feminino) e ordem de nascimento dos filhos (quatro níveis: primogênito, do meio, caçula e único).

Participantes

Participaram dessa pesquisa 322 adolescentes entre 13 e 17 anos (média= 14 anos e 6 meses, $DP = 1,05$), 59% do sexo feminino. A maioria (68,9%) mora com os pais, sendo que a escolaridade desses foi correspondente, em sua maior parte (55,6%), ao ensino superior, completo ou não. Dos 277 (86%) participantes que têm irmãos, a maioria (85,6%) assinalou ter um ou dois, enquanto ape-

nas 14,4% marcaram ter três ou mais. A distribuição dos participantes nos grupos está ilustrada na Tabela 1.

Tabela 1
Caracterização da Amostra

Grupos	n	%
<i>Masculino</i>	132	41
Único	51	38,6
Primogênito	17	12,9
Do meio	49	37,1
Caçula	15	11,4
<i>Feminino</i>	190	59
Única	64	33,7
Primogênita	32	16,8
Do meio	64	33,7
Caçula	30	15,8

A ordem de nascimento foi uma variável incluída pelos próprios pesquisadores, a partir da comparação da idade do respondente com a idade dos irmãos; portanto, não foram os próprios participantes que assinalaram sua posição de nascimento. Considerou-se “filhos/as do meio” os meninos e meninas não-primogênitos e não-caçulas, independente de haver mais de três filhos na família, pois as divisões subseqüentes diminuiriam consideravelmente o tamanho dos grupos, fragmentando a análise.

Os questionários foram aplicados em três instituições: um colégio particular de grande porte, uma escola estadual de médio porte e uma organização não-governamental (ONG) que mantém alunos de baixa renda em diversas escolas particulares.

Instrumentos e Procedimentos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, seguindo as normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa. Recebeu aprovação sob o número 026/07. Como os participantes tinham idade inferior a 18 anos, após os próprios terem concordado em participar da pesquisa, os termos de consentimento livre e esclarecido foram entregues e assinados pelos seus respectivos pais ou responsáveis, autorizando-os a participar.

Quanto aos instrumentos, foram utilizados o Inventário de Estilos Parentais (IEP), de Gomide (2006), e um questionário (chamado de “Folha Adicional”) desenvolvido pelos pesquisadores a fim de coletar dados a respeito da configuração familiar e a percepção da preferência parental. Os respondentes poderiam escolher o material pelo qual começariam a responder, pois foram entregues juntos, embora tenham sido grampeados na seguinte ordem: IEP materno, IEP paterno e a Folha Adicional.

O IEP contém 42 itens que avaliam as sete práticas educativas, sendo que a cada prática correspondem 6 frases, cujas respostas devem se enquadrar numa escala Likert de três pontos (sempre, às vezes e nunca). A soma

dos itens de cada prática gera um escore bruto que deve ser convertido em percentual nas tabelas normativas. Também é gerado o índice de estilo parental (iep) quando se subtrai a soma dos escores das práticas negativas da soma das positivas. Nesse estudo, foram considerados os valores brutos nas análises estatísticas realizadas, sendo posteriormente convertidos a partir das médias dos grupos.

Especificamente com relação à Folha Adicional, o respondente deveria responder: com quem mora; qual a escolaridade dos pais; se tem ou não irmão/os, sexo e idade deles em caso afirmativo; se na opinião deles o pai e/ou a mãe tem um filho/a preferido/a, indicá-lo/a, e justificar em 3 linhas de forma aberta o porquê acredita que a preferência existe. Esse questionário foi avaliado em termos de frequência das respostas e testes de associação.

Na análise do IEP foram utilizados testes de diferenças: *U* de Mann-Whitney na comparação do gênero; e *H* de Kruskal-Wallis e Comparações Múltiplas para ordem de nascimento. Foram escolhidos tais testes não-paramétricos porque os dados não satisfizeram as condições de normalidade exigidas para o uso da estatística paramétrica. Para os demais cálculos de associação, combinando os resultados do IEP aos obtidos pela Folha Adicional, foi utilizada a prova do *Qui-quadrado*. Para todos os testes, foi considerado $\alpha = 95\%$.

Resultados

Na avaliação das práticas educativas, o IEP forneceu um escore geral (iep) e um escore por cada prática educativa separadamente. Para contemplar os objetivos dessa pesquisa, as comparações entre os grupos foram feitas considerando todos esses escores, tanto para as mães quanto para os pais. Os dados estão ilustrados na Tabela 2.

No que se refere aos Índices de Estilo Parental (IEP) maternos e paternos, constatou-se que os IEP paternos foram estatisticamente diferentes com relação ao gênero dos filhos ($U = 12185$; $p > 0,05$), sendo os valores do grupo feminino mais baixos do que o masculino. Essa diferença não ocorreu com as mães, o que significa que os grupos masculino e feminino obtiveram escores maternos próximos. Com relação à ordem de nascimento, a prova de Kruskal-Wallis revelou não haver diferenças significativas entre os grupos analisados tomando-se o valor do iep geral. Entretanto, vale ressaltar que tanto para os pais ($H = 6,34$; $gl = 3$; $p = 0,09$), quanto para as mães ($H = 6,8$; $gl = 3$; $p = 0,078$), o valor de *p* foi menor do que 0,1, o que indica uma *tendência* dos pais em adotar tratamentos particulares para cada filho embora não se possa afirmar que tal diferença seja justificada estatisticamente.

Considerando cada prática educativa em separado segundo o gênero dos filhos, observou-se que os escores maternos diferenciaram-se estatisticamente na prática de comportamento moral, apenas. O grupo feminino avaliou as mães como mais atuantes nessa prática do que os me-

ninos ($U = 10295$; $p < 0,05$). Com relação aos pais, duas práticas diferenciaram-se estatisticamente: negligência ($U = 8029$; $p < 0,01$) e disciplina relaxada ($U = 8306$; $p < 0,05$). Em ambas, as meninas obtiveram escores mais elevados do que os meninos, o que indica que os pais são mais negligentes e têm mais dificuldade em manter regras que eles mesmos impõem do ponto de vista das filhas. A monitoria positiva paterna ficou limítrofe ($p = 0,051$), demonstrando a *tendência* dos pais em monitorar positivamente com mais frequência os meninos do que as meninas.

No que se refere à *ordem de nascimento*, o teste Kruskal-Wallis demonstrou que pais e mães obtiveram resultados significativamente diferentes para as práticas de punição inconsistente e abuso físico. Para caracterizar quais grupos diferenciaram-se entre si, foram feitas Comparações Múltiplas, em que cada grupo foi comparado aos demais aos pares.

A partir das comparações múltiplas, constataram-se as seguintes diferenças no grupo feminino: as primogênitais alegaram sofrer mais punição inconsistente (26,6; 25,5¹) e abuso físico (29,9; 25,5) materno do que as caçulas; as primogênitais obtiveram valores mais altos para a prática de punição inconsistente paterna do que as filhas do meio (33,3; 29,5); as primogênitais alegaram sofrer mais monitoria negativa paterna do que as filhas únicas (32,1; 32,0) e; as primogênitais relataram sofrer abuso físico paterno com mais frequência do que as caçulas (24,0; 23,9). No grupo masculino, apenas os primogênitos indicaram sofrer mais abuso físico paterno do que os filhos do meio (28,7; 26,6).

Os dados apresentados revelaram haver uma *tendência* de percepção por parte dos adolescentes de que os pais (homens) diferem suas práticas educativas de acordo com o gênero e a ordem de nascimento dos filhos, sejam essas variáveis analisadas em separado ou em interação. A avaliação das mães não apresentou diferenças entre os grupos de forma tão frequente como as dos pais, e os índices de estilos parentais delas foram mais altos.

Na análise da percepção da preferência parental, dos 322 respondentes da pesquisa, excetuaram-se 45 por serem filhos únicos. Dos 277 restantes, 90 acreditaram existir preferência paterna e 182 não (5 não responderam); e 77 acreditaram existir preferência materna e 197 não (3 não responderam). Do total, 48 assinalaram crer existir a preferência para ambos (pai e mãe juntos), enquanto 155 não o crêem. O cruzamento dessas frequências de respostas resultou numa relação significativa ($\chi^2 = 44,67$, $gl = 1$, $p < 0,001$). Isso quer dizer que, na maioria dos casos, quando o participante acreditava existir preferência do pai por algum filho, também o

¹ O primeiro número refere-se à diferença observada na comparação; o segundo, à diferença crítica (mínima). Quando o primeiro é maior do que o segundo, considera-se haver diferença significativa entre os pares.

Tabela 2
Médias dos Postos, Teste U de Mann-Whitney para Gênero e H de Kruskal-Wallis para Ordem de Nascimento, Referentes à Mãe e ao Pai

Práticas	Mãe				Pai			
	Gênero	Média dos postos	Ordem de nasc.	Média dos postos	Gênero	Média dos postos	Ordem de nasc.	Média dos postos
Mon. Positiva	Masc.	149,02	Prim.	156,96	Masc.	158,83	Prim.	147,69
	Fem.	168,46	Do meio	162,57	Fem.	139,35	Do meio	125,99
Comp. Moral			Caçula	157,04			Caçula	153,85
			Único	176,26			Único	155,84
	$U = 10875,5$	$p = 0,062$	$H = 1,66$	$p = 0,64$	$U = 11910,0$	$p = 0,051$	$H = 3,92$	$p = 0,27$
	Masc.	144,59	Prim.	156,18	Masc.	139,54	Prim.	142,70
Pun. Incons.	Fem.	171,53	Do meio	150,37	Fem.	153,23	Do meio	140,82
			Caçula	158,84			Caçula	152,44
			Único	187,28			Único	155,81
	$U = 10295,5$	$p = 0,01^*$	$H = 4,64$	$p = 0,2$	$U = 9537,0$	$p = 0,17$	$H = 1,34$	$p = 0,71$
Negligência	Masc.	152,48	Prim.	179,79	Masc.	140,85	Prim.	167,71
	Fem.	166,06	Do meio	156,26	Fem.	152,28	Do meio	123,16
			Caçula	143,27			Caçula	140,12
			Único	158,66			Único	140,07
Disc. Relaxada	$U = 11329,5$	$p = 0,2$	$H = 0,17$	$p = 0,027^*$	$U = 9698,5$	$p = 0,25$	$H = 11,03$	$p = 0,01^*$
	Masc.	157,65	Prim.	169,40	Masc.	127,28	Prim.	155,17
	Fem.	162,48	Do meio	144,54	Fem.	162,05	Do meio	146,24
			Caçula	161,01			Caçula	141,74
Mon. Negativa			Único	153,69			Único	143,08
	$U = 12006,0$	$p = 0,64$	$H = 2,82$	$p = 0,42$	$U = 8029,0$	$p = 0,001^{**}$	$H = 1,48$	$p = 0,68$
	Masc.	156,36	Prim.	161,05	Masc.	129,53	Prim.	144,50
	Fem.	163,37	Do meio	161,87	Fem.	160,43	Do meio	151,20
Abuso físico			Caçula	159,79			Caçula	150,36
			Único	159,36			Único	143,53
	$U = 11837,0$	$p = 0,5$	$H = 0,028$	$p = 0,99$	$U = 8306,0$	$p = 0,02^*$	$H = 0,43$	$p = 0,93$
	Masc.	151,40	Prim.	166,79	Masc.	143,62	Prim.	160,67
IEP	Fem.	166,81	Do meio	175,82	Fem.	150,29	Do meio	143,41
			Caçula	143,09			Caçula	140,50
			Único	171,32			Único	134,19
	$U = 11187,5$	$p = 0,14$	$H = 6,56$	$p = 0,08$	$U = 10039,0$	$p = 0,5$	$H = 4,4$	$p = 0,22$
IEP	Masc.	156,74	Prim.	179,25	Masc.	149,84	Prim.	173,94
	Fem.	162,11	Do meio	166,50	Fem.	145,82	Do meio	116,97
			Caçula	143,09			Caçula	139,60
			Único	148,38			Único	131,19
IEP	$U = 11886,5$	$p = 0,51$	$H = 11,18$	$p = 0,01^*$	$U = 10804,0$	$p = 0,67$	$H = 20,53$	$p = 0,0001^{***}$
	Masc.	160,60	Prim.	143,16	Masc.	161,07	Prim.	131,60
	Fem.	160,43	Do meio	162,15	Fem.	137,74	Do meio	150,57
			Caçula	172,64			Caçula	156,95
IEP			Único	173,08			Único	163,12
	$U = 12393,0$	$p = 0,98$	$H = 6,8$	$p = 0,078$	$U = 12185,0$	$p = 0,02^*$	$H = 6,34$	$p = 0,09$

fazia com relação à mãe, assim como quando julgava não existir tal favoritismo. A relação foi mais forte considerando as respostas negativas (inexistência de preferência dos pais), visto que as positivas (existência da preferência tanto para os pais quanto para as mães) foram menos frequentes.

Em termos de frequência, os adolescentes julgaram que os pais (homens) têm algum filho preferido mais do que o fizeram em relação às mães. Especificamente, a percepção da preferência paterna foi significativamente diferente na comparação dos gêneros ($\chi^2 = 5,4$; $gI=1$; $p < 0,05$), sendo que as meninas consideraram existir preferência paterna mais do que os meninos.

Considerando a ordem de nascimento, observou-se que os primogênitos perceberam a preferência parental de forma mais intensa do que os demais. Na avaliação das mães, contudo, essa diferença não foi significativa. Com relação aos pais, a ordem de nascimento demonstrou diferenças entre os primogênitos e caçulas ($\chi^2=5,7$; $gI=1$; $p < 0,05$), no sentido dos primogênitos acharem que o pai tem preferência por um filho mais do que os caçulas.

Na análise de quem é considerado o filho preferido, observou-se que o gênero não foi um fator determinante nem na avaliação das mães, nem dos pais. No entanto, os votos de filho preferido dado por primogênitos, filhos do meio e caçulas diferenciaram-se de forma relevante. Os votos em que o respondente julgava si mesmo como preferido, atingiram apenas 18,8% do total para as mães e 28,8% para os pais, ou seja, foram consideravelmente menos frequentes do que os votos para os irmãos.

Os filhos do meio receberam menor número de votos como filhos preferidos, seguidos dos primogênitos; enquanto os caçulas foram os mais votados. A diferença entre os grupos de primogênitos e caçulas foi significativa ($\chi^2=10,53$; $gI=1$; $p < 0,001$), isto é, grande parte dos mais velhos assinalaram que os filhos preferidos dos pais são os caçulas, enquanto metade do grupo dos caçulas julgaram si mesmos como favoritos.

Vale ressaltar que os participantes cujos valores do IEP foram positivos julgaram existir preferência parental com menos frequência do que aqueles cujos índices foram negativos. Observou-se que, para os primeiros, a taxa de resposta positiva quanto à preferência parental ficou abaixo de 19%, enquanto que, para os segundos, ela elevou-se para mais de 40%. Portanto, esses resultados indicam que há associação entre percepção da preferência parental e o índice de estilo parental ($\chi^2=33,7$; $gI=1$; $p < 0,001$, para pais; e $\chi^2=16,43$; $gI=1$; $p < 0,001$, para mães), no sentido que, quanto maior (e melhor) o índice, menor a percepção da preferência, e vice-versa.

Discussão e Conclusão

O objetivo principal desse trabalho foi investigar se existiam diferenças nas práticas educativas parentais considerando duas variáveis em especial: o gênero e a ordem de nascimento dos filhos. De maneira geral, o

gênero sempre está presente como variável de pesquisa, seja como alvo de análise ou como controle demográfico. No entanto, a ordem de nascimento não tem a mesma relevância, e pouca pesquisa a respeito dela é feita no Brasil. Além disso, mostrando-se como um tema relevante apontado na literatura e derivado da área de estudos sobre a família, também foi avaliada a percepção da preferência parental por parte dos adolescentes.

O primeiro resultado importante obtido através do IEP revelou que os escores maternos foram mais altos do que os paternos. Outras pesquisas em psicologia já mencionaram que os pais geralmente recebem uma avaliação mais baixa dos filhos do que as mães (Gomide, 2006; Weber, Prado, Viezzer, & Brandenburg, 2004), e que o papel esperado do pai está mais distante do real do que o materno (Furtado, 2005).

Ainda, os valores dos IEP paternos do grupo feminino foram mais baixos do que o grupo masculino. Para as mães, essa diferença não ocorreu. Isso sugere que as meninas são tratadas de modo diferente pelos pais, sofrendo mais com as práticas negativas quando comparadas aos meninos. Se retomarmos a hipótese de Keller e Zach (2002) a respeito do investimento parental, encontramos que algumas pesquisas indicam que há preferência dos pais em investir mais nos meninos do que nas meninas. Historicamente, o sexo masculino teve mais força social do que o feminino, e não podemos descartar que apenas a partir do final do século XX que o sexo feminino passou a ser olhado de outra forma, buscando igualar-se ao masculino em termos de direitos, especialmente profissionais.

Os resultados também indicaram que as meninas têm modelo de comportamento moral mais alto por parte das mães, e os meninos são mais monitorados positivamente por parte dos pais. Vale lembrar que tanto a prática de comportamento moral quanto a de monitoria positiva indicam haver bom relacionamento interpessoal, base de confiança, e interações afetivas entre pais e filhos. Se há diferenças entre os gêneros no que concernem esses aspectos, talvez possamos concordar com a hipótese dos autores (Crouter & McHale, 1995; Keller & Zach, 2002; Lamb, 1997) de que existe a identificação sexual: mãe – filha mulher e pai – filho homem, o que provavelmente facilita maior interação das mães com suas filhas e dos pais com os filhos.

As primogênitas indicaram sofrer punição inconsistente e abuso físico por parte de mães e pais com mais frequência do que as demais ordens. Os primogênitos também relataram apanhar mais da figura paterna do que os irmãos. Sofrer punição inconsistente significa que os primogênitos recebem uma educação mais baseada no humor dos pais do que contingente ao tipo de comportamento emitido por eles (Gomide, 2006). O padrão de interação entre pais e filhos torna-se, portanto, instável e dependente do bom ou mau-humor dos pais. Nesse ambiente, os filhos podem ter dificuldades em aprender valores morais e passar a manipular e desrespeitar figu-

ras de autoridade. Retomando a afirmação de Berri (2004) sobre a relação entre punição inconsistente e abuso físico, faz sentido que o mesmo grupo que diz sofrer mais com a punição inconsistente também seja abusado fisicamente com mais frequência.

No que se refere aos maiores índices de monitoria negativa paterna sofrida pelas primogênitãs, Hertwig et al. (2002) já haviam chamado a atenção para o fato dos primogênitos sofrerem maior restrição do campo de ação natural pelos pais. A monitoria negativa em excesso, ou seja, o controle exagerado com baixo envolvimento afetivo está relacionado ao desenvolvimento de psicopatologias como ansiedade e depressão (Oldehinkel, Veenstra, Ormel, de Winter, & Verhulst, 2006; Pettit, Laird, Dodge, Bates, & Criss, 2001). O fato de ter sido mais elevada para as primogênitãs demonstra a interação entre gênero e ordem de nascimento. Outra pesquisa (La Rosa, 1998) indicou que as primogênitãs de nível socioeconômico baixo apresentam maiores índices de ansiedade-estado. A renda, embora não tenha sido avaliada aqui, pode ter influenciado esse resultado de maneira mais específica, visto que as classes respondentes da pesquisa variaram um pouco nesse quesito. Existe a possibilidade das primogênitãs de menor renda serem mais cobradas pelos pais no sentido de ajudar em tarefas domésticas, inclusive cuidando dos irmãos mais novos.

As diferenças encontradas sugerem que os primogênitos apresentam mais desvantagens com relação aos irmãos por terem apresentado escores mais altos para práticas negativas. Isso parece contrariar alguns estudos (Keller & Zach, 2002; Laurent & Sebastian, 2005; Sulloway, 1996) que sugerem que os primogênitos apresentam várias vantagens com relação aos demais irmãos por receberem mais investimento. No entanto, há de se considerar a inexperiência dos pais. Os pais podem realmente tratar os primogênitos de forma mais inconsistente e fazerem uso do 'bater' de maneira mais frequente e/ou intensa. Se assim o for, isso pode acontecer pela inabilidade deles em usar outras estratégias de controle do comportamento e de interação afetiva com os filhos, justamente por eles ainda não terem tido experiência prévia como pais. Isso já foi citado por Michalski e Shackelford (2001).

Chama-se atenção para as conseqüências do 'bater'. O abuso físico é a prática mais associada ao risco de desenvolvimento do comportamento anti-social, assim como a negligência. Nesse sentido, justifica-se a existência de programas de orientação aos pais primíparos, instruindo-os acerca de cuidados básicos, importância do afeto e uso contingente de conseqüências para monitoramento do comportamento dos filhos. Embora haja grupos vinculados a médicos obstetras ou hospitais-maternidade que façam esse trabalho, comunidades menos favorecidas ainda carecem desse acompanhamento, ou de um trabalho que motive e mantenha a adesão dos pais a esse tipo de oferta.

Com relação à percepção da preferência parental, as meninas, da mesma forma como obtiveram escores de maior risco na avaliação dos pais no IEP, também assinalaram existir preferência parental (especificamente paterna) com mais frequência do que os meninos. Considerando a ordem de nascimento, os primogênitos, principalmente as meninas, perceberam diferenças no tratamento parental despendido aos filhos. Esse dado está de acordo com a afirmação de Shebloski et al. (2005) de que os primogênitos e adolescentes mais velhos percebem mais a diferença da relação dos pais com os filhos, possivelmente por sentirem mais as mudanças trazidas pelos novos membros que entram na família.

Talvez o fato de os primogênitos terem julgado os irmãos mais novos como preferidos dos pais possa se dever à diferença do modo pelo qual os pais lidam com os filhos do ponto de vista desse grupo. Se os primogênitos apanham mais, recebem conseqüências inconsistentes e são mais cobrados do que os irmãos, eles podem considerar que justamente o abrandamento dessas práticas já seja um fator que revele favoritismo. Isso é reforçado pelo fato de muitos caçulas também terem se considerado preferidos pelos pais com mais frequência do que os demais.

Como estudos apontam (Kuperfish, 2006; Lucchetti, 2000; Magagnin & Körbes, 2000; Moilanen, 2007), nessa pesquisa também foi encontrada associação entre a existência da preferência parental com a percepção do funcionamento familiar. Os filhos cujos índices de estilo parental foram negativos assinalaram existir preferência parental com muito mais frequência do que os que obtiveram índices positivos. E vale ressaltar que os participantes votaram nos irmãos como preferidos com muito mais frequência do que a si mesmos. Isso indica que, quando os filhos recebem ou sentem o tratamento parental de forma mais negativa, tendem a achar que seus irmãos, e não eles próprios, são os favoritos dos pais. A esse respeito, Isaacson e Radish (2002) e Sulloway (1996) afirmam que, em famílias harmoniosas, em que o tratamento parental é adequadamente dividido entre os filhos, as diferenças entre irmãos devidas à ordem de nascimento não são fortes.

Outro dado interessante levantado nessa pesquisa é que foi a ordem de nascimento, e não o gênero, o fator que mais influenciou a preferência. Isso vai ao encontro à opinião de outros pesquisadores (Hertwig et al., 2002; Isaacson & Radish, 2002; Keller & Zach, 2002; Sulloway, 1996), que atribuem mais importância a diferenças de ordem de nascimento do que ao gênero na diferenciação do tratamento parental.

No caso de famílias em que há irmãos, especialmente a relação fraternal ganha visibilidade. Além da relação direta entre pais e filhos, a pesquisa também indicou que a forma como os adolescentes responderam ao instrumento (IEP) foi fortemente influenciada pela percepção do favoritismo parental. Isso significa que a diferencia-

ção que eles fazem entre si e os irmãos contribui para o modo como avaliam os pais. Assim, a competição entre irmãos pelo amor dos pais parece realmente ter tanto quanto ou mais força na formação da personalidade do que o tratamento parental *per se*.

Antes de finalizar, porém, vale lembrar algumas limitações da pesquisa, especialmente com respeito ao número e à forma com que os participantes foram alocados para cada grupo. O número de filhos do meio e únicos foi menor do que o esperado, e isso de certa forma empobreceu a análise mais profunda desses grupos. O tamanho das famílias também variou, e houve famílias em que o segundo filho de uma díade foi considerado caçula da mesma forma que o terceiro ou quarto das famílias maiores. Para pesquisas futuras, é interessante que sejam escolhidas as famílias por número de filhos, avaliando-as separadamente: como díades, tríades, etc. Cuidar com o sexo dos irmãos também favorece o controle de variáveis intervenientes.

Espera-se que esse trabalho estimule o desenvolvimento de pesquisas por psicólogos e profissionais afins para que seja esclarecida ao máximo a influência do gênero e da ordem de nascimento dos filhos no sistema familiar. Realça-se a necessidade de maior compreensão das diferenças mais patentes entre primogênitos e demais filhos, bem como estudos mais aprofundados dos filhos únicos. Seria interessante incluir também a investigação de outras variáveis, como, por exemplo, a relação entre percepção da preferência parental e auto-estima, tipos de personalidade mais comuns de cada grupo, nível de habilidades sociais e frequência e tipos de psicopatologias que eles possam apresentar.

Referências

Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.

Berri, G. (2004). *Programa de intervenção em práticas parentais para mães de adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

Carvalho, M. C. N. (2003). *Efeito das práticas educativas parentais sobre o comportamento infrator de adolescentes*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

Crouter, A. C., & McHale, S. M. (1995). The family context of gender intensification in early adolescence. *Child Development*, 66, 317-329.

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as a context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.

Furtado, E. R. G. (2005). *Percepções dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais (IEP), modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Hertwig, R., Davis, J. N., & Sulloway, F. J. (2002). Parental investment: How an equity motive can produce inequality. *Psychological Bulletin*, 128(5), 728-745.

Isaacson, C., & Radish, K. (2002). *The birth order effect: How to better understand yourself and others*. Avon, MA: Adams Media.

Keller, H. (2000). Human parent-child relationships from an evolutionary perspective. *Journal American Behavioral Scientist*, 43(6), 957-969.

Keller, H. (2003). Ontogeny as the interface between Biology and culture. Evolutionary considerations. In T. S. Saraswathi (Ed.), *Cross-cultural perspectives in human development: Theory, research and applications* (pp. 102-127). New Delhi, India: Sage.

Keller, H., & Zach, U. (2002). Gender and birth order as determinants of parental behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 20(2), 177-184.

Kuperfish, S. (2006). Parental favoritism, self-esteem and locus of control. *Dissertation Abstracts International*, 66, 10-B. (UMI No. 5686).

Lamb, M. E. (1997). *The role of father in child development* (3rd ed.). New York: Wiley.

La Rosa, J. (1998). Ansiedade, sexo, nível sócio-econômico e ordem de nascimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1), 59-70.

Laurent, B., & Sebastian, R. (2005). Birth order and youth delinquent behaviour: Testing the differential parental control hypothesis in a French representative sample. *Psychology, Crime & Law*, 11(1), 73-85.

Levy, S. R. (2000). The influence of sibling relations on adolescent suicidal behavior. *Dissertation Abstracts International*, 61, 3-B (UMI N° AAI9967287).

Lucchetti, A. E. (2000). Children's perceptions of parental favoritism as mediating the relationship between discrepant parent-children communication and child outcomes. *Dissertation Abstracts International*, 60, 7-A (UMI N° AEH9937082).

Magagnin, C., & Körbes, J. M. (2000). Autoconceito do adolescente, relacionamento familiar e limites. *Alethéia*, 12, 65-81.

Michalski, R. L., & Shackelford, T. K. (2001). Methodology, birth order, intelligence, and personality. *American Psychologist*, 56(6/7), 520-521.

Moilanen, K. L. (2007). The Adolescent Self-Regulatory Inventory: The development of a questionnaire of short-term and long-term self-regulation. *Journal of Youth and Adolescence*, 36(6), 835-848.

Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação & Sociedade*, 26(91), 485-507.

Oldehinkel, A. J., Veenstra, R., Ormel, J., de Winter, A. F., & Verhulst, F. C. (2006). Temperament, parenting and depressive symptoms in a population sample of preadolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(7), 684-695.

Pettit, G. S., Laird, R. D., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Criss, M. M. (2001). Antecedents and behavior-problem outcomes of parental monitoring and psychological control in early adolescence. *Child Development*, 72(2), 583-598.

- Rodrigues, M. M. P. (1998). Evolução do investimento parental em primatas, o caso do *Homo sapiens*. In L. Souza, M. F. Q. Freitas, & M. M. P. Rodrigues (Eds.), *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes* (pp. 273-292). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Roelofs, J., Meesters, C., ter Huurne, M., Bamelis, L., & Muris, P. (2006). On the links between attachment style, parental rearing behaviors, and internalizing and externalizing problems in non-clinical children. *Journal of Child and Family Studies*, 15(3), 319-332.
- Sampaio, I. T. A. (2007). Práticas educativas parentais, gênero e ordem de nascimento dos filhos: Atualização. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(2), 144-152.
- Sampaio, I. T. A., & Gomide, P. I. C. (2007). Inventário de Estilos Parentais (IEP-Gomide, 2006): Percurso de padronização e normatização. *Psicologia: Argumento*, 25(48), 15-26.
- Seifer, R., Sameroff, A. J., Anagnostopoulou, R., & Elias, P. K. (1992). Mother-infant interaction during the first year: Effects of situation, maternal mental illness, and demographic factors. *Infant Behavior and Development*, 15, 405-426.
- Shebloski, B., Conger, K. J., & Widaman, K. F. (2005). Reciprocal links among differential parenting, perceived partiality, and self-worth a three-wave longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, 19(4), 633-642.
- Sulloway, F. J. (1996). *Born to rebel: Birth order, family dynamics, and creative lives*. New York: Pantheon Books.
- Trivers, R. L. (1974). Parent-offspring conflict. *American Zoologist*, 14, 249-264.
- Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: O ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.